

AS EMPRESAS TRANSNACIONAIS, O ESTADO E O MODELO DE “DESENVOLVIMENTO” NA PAN AMAZÔNIA

6

Entrevista com Diana Aguiar

Integrante do Grupo Nacional de
Assessoria (GNA)/FASE Nacional

Organização



Apoio



HEINRICH BÖLL STIFTUNG
BRASIL



Março/2016

O modelo de “desenvolvimento” sendo promovido na PanAmazônia nas últimas décadas tem como base o planejamento e implementação de Grandes Projetos de Investimento (GPI) que viabilizem a privatização dos bens comuns da natureza, propiciando sua extração e exportação para os mercados mundiais na forma de commodities. Os poderes públicos em diferentes escalas têm tido papel central no avanço desses projetos. Mas tais dinâmicas refletem crescentemente os interesses de poderes privados, integrados nos circuitos globais de acumulação de capital: as empresas transnacionais.

Assim, entender o modelo de desenvolvimento em curso na PanAmazônia implica em

considerar os processos através dos quais essas forças econômicas têm acumulado, nos últimos 40 anos, cada vez mais capacidade de moldar o modelo de “desenvolvimento” da região e quais as implicações disso para o cerceamento de princípios democráticos que deveriam balizar um modelo baseado na soberania dos povos.

Para entender um pouco mais sobre essa relação entre o poder público e os interesses privados de grandes corporações instaladas no território da Pan Amazônia, a sexta edição da *Série de Entrevistas sobre a Amazônia* conversa com Diana Aguiar, doutoranda em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ).

Desejamos boa leitura!

Foto: Xingu Vivo Para Sempre





■ Diana Aguiar

Por que as empresas transnacionais são forças tão importantes na definição do modelo de desenvolvimento da Pan Amazônia?

Diana – Para entender isso teríamos que olhar para processos que começaram a se consolidar na década de 70 do século passado e que entendemos comumente como globalização neoliberal. Não é que grandes empresas com atividades econômicas transnacionais não existissem antes disso. De fato, sua emergência é contemporânea à própria emergência do sistema capitalista. Basta lembrar como a partir do século XVII a Companhia Britânica das Índias Orientais e a Companhia Britânica das Índias Ocidentais detinham uma enorme incidência sobre as políticas coloniais do Império Britânico no subcontinente indiano e no eixo do Atlântico, respectivamente, pois foram algumas das principais forças econômicas por trás do comércio mundial da época. Mas, o Estado-Nação em formação era indiscutivelmente a principal escala de organização política, econômica e social no sistema-mundo. E continuou

sendo assim até o século XX, em especial nas duas décadas de ouro do projeto desenvolvimentista, logo após a II Guerra Mundial, como explica o sociólogo britânico Bob Jessop. Nesse período, as políticas públicas eram muito mais explicitamente desenhadas no sentido do benefício das sociedades nacionais, ainda que sobretudo das elites dentro destas. Enfatizar esse último ponto é importante para evitar romantismos em relação ao Estado, já que este tem sido lócus de constantes disputas de

classe, nas quais as classes populares frequentemente perdem. Ainda assim, quando há ao menos democracia institucional (mesmo com todas as suas falhas) em um contexto em que forças públicas têm maior capacidade de determinar os rumos do projeto de desenvolvimento, isso significa que essa disputa se dá em um contexto de tensão mais equilibrada entre o público e o privado. O que acontece na década de 70 é que forças econômicas privadas transformam a balança de poder de forma radical.



Foto: Leticia Leite / ISA

Leticia Leite-ISA

De que forma essa transformação em favor das forças econômicas privadas acontece?

Diana – As crises que muitas economias nacionais enfrentavam naquele momento (que têm suas raízes na crise do petróleo e na quebra da ordem monetária criada em Bretton Woods e que até então atrelava o dólar ao ouro) criou espaço para a narrativa triunfalista do “consenso” neoliberal. Parte desse processo implicou em silenciar qualquer controvérsia. O mote era a afirmação de que não havia alternativa à

austeridade neoliberal. O que isso significou na prática? Um processo profundo de desregulamentação financeira, liberalização comercial, privatizações e flexibilização de direitos, que foram promovidas como soluções para a crise. A partir desse novo contexto, o poder econômico foi gradativamente se concentrando muito e, em poucas décadas, algumas poucas empresas transnacionais passaram a controlar grande parte dos fluxos comerciais e financeiros do planeta. De acordo com um estudo de matemáticos suíços publicado em 2011, exatamente 147 empresas transnacionais extremamente interconectadas – a maioria empresas financeiras – controlam 40% da riqueza das pouco mais de 43 mil empresas transnacionais identificadas na economia-mundo. Quando o movimento Ocupa Wall Street, no final deste mesmo ano de 2011, denunciava a concentração de renda nas mãos do 1% mais rico do planeta, eles não estavam falando metaforicamente. Essa classe capitalista transnacional concentra, de acordo com relatório recente da Oxfam, mais riqueza do que toda as demais 99% pessoas do planeta juntas.



Foto: Agência Pará

■ *Em 2015, governadores dos estados que compõem a Amazônia Legal assinam carta de pacto pelo “desenvolvimento sustentável” da Amazônia*

Não é à toa que à luz desses processos, o geógrafo britânico David Harvey tem analisado esse período da década de 70 como um ponto de inflexão, no qual a acumulação por espoliação – ou acumulação primitiva permanente nos termos de Rosa Luxemburgo – volta a assumir centralidade como motor da acumulação no sistema capitalista. Obviamente, espaços biodiversos, com enorme potencial de exploração hidroelétrica, mineral e de expansão do mercado de terras como é o caso da Pan Amazônia se configuram como fronteiras de expansão cobiçadas pela classe capitalista transnacional. Assim, a expansão de fronteiras encontra novo fôlego justamente às vésperas da redemocratização no Brasil.

Como esse processo chegou na América Latina e na Pan Amazônia?

Diana – Os países de nossa região receberam as novas regras da ditadura dos mercados sobretudo

através de programas de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Programas de desenvolvimento em curso, com foco sobretudo na industrialização e na tentativa de se afastar da ênfase na economia primária, foram desmantelados paulatinamente até que o pagamento de dívidas se tornasse o principal imperativo da política econômica. E esse imperativo implicou em políticas de atração de investimentos e de fluxos financeiros (muitos dos quais meramente especulativos) estrangeiros através sobretudo de incentivos fiscais e juros altos. Um aspecto especialmente difícil em nosso caso foi que o triunfo neoliberal coincidiu com o momento de redemocratização, configurando nas palavras da cientista política Evelina Dagnino como uma “confluência perversa”: justamente quando, com o alargamento da democracia, tínhamos o ânimo político interno para efetuar mudanças, os imperativos de mercado impostos pelas forças que dominavam o centro dos circuitos globais de acumulação, e adotados com gosto pela burguesia e pelos burocratas nacionais, cerceavam quaisquer horizontes alternativos.



Foto: miniplanpac / Creative Commons

Duas décadas depois, o boom nos preços das commodities nos primeiros anos do século XXI, consequência da especulação financeira propiciada pela desregulamentação neoliberal, foi a cereja do bolo deste processo na América Latina. Além disso, esse boom, agora em fase descendente, causou o agravamento recente do processo de acumulação por espoliação em nossa região, inspirando políticas de desenvolvimento baseada na exportação de commodities (o “consenso das commodities” nas palavras da socióloga argentina Maristella Svampa), levando à reprimarização de nossas economias e colocando a riqueza da Pan Amazônia no epicentro dos interesses de investidores globais. Estimativas sobre a quantidade de terras, cujo controle mudou de mãos através de processos de “captura/usurpação de terras” (ou como dizem em castelhano, “acaparamiento de tierras”), em todo o planeta, entre 2005 e 2009, variam de 20 a 45 milhões de hectares. É uma quantidade enorme de terras usurpadas.

Como os Estados da região Pan Amazônica promoveram a chegada desses investimentos?

Diana – Essa é uma pergunta-chave, porque, apesar da “relativização” da importância da escala nacional na organização econômica, política e social a partir da década de 70, isso não implicou na substituição direta daquela escala por uma nova escala (seja global, regional, local ou urbana, etc.) tão primordial quanto foi a nacional no pós-II Guerra. Quem trata muito disso é mais uma vez Jessop, a partir de análises anteriores de Harvey e Giovanni Arrighi. Há disputas em curso, mas o Estado continua desempe-

nhando um papel importante no estabelecimento das infraestruturas normativas e físicas para a acumulação de capital. Ainda que a lógica territorial de poder – tão cara ao Estado e à inevitável fixidez territorial de algumas de suas funções mais elementares (defesa da integridade territorial das fronteiras, arrecadação de impostos, ordenamento territorial, governança populacional, etc.) – entre em contradição contínua com a lógica capitalista de poder, baseada em fluxos e movimentos tão fundamentais para a acumulação de capital, essa contradição implica em uma dialética de acomodações mútuas. Nesse sentido, diferentes poderes do Estado são instrumentais na organização da infraestrutura normativa para garantir a segurança jurídica aos

Foto: ebc.com.br / creative commons



investidores, tais como no caso do Brasil são as mudanças legislativas diversas (por exemplo, o novo Código Florestal e os projetos em pauta da PEC 215 e do Novo Código de Mineração) ou o uso de mecanismos judiciais (como a suspensão de segurança) controversos. Há ainda os mecanismos extrajudiciais, tais como os Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), que têm demonstrado a ineficiência de mecanismos voluntários em garantir o acesso à justiça. O caso da Imerys em Barcarena é notório: os TACs assinados entre essa empresa francesa de caulim e o Ministério Público não garantiram a solução da situação das comunidades atingidas pela contaminação causada pelo vazamento de barragem de rejeitos tóxicos da empresa. Além disso, há os clássicos incentivos fiscais: na Amazônia brasileira, por exemplo, a lei Kandir, os baixos royalties da mineração e as isenções da SUDAM. E o Estado brasileiro tem se envolvido no financiamento direto de GPIs via BNDES na Pan Amazônia, e não somente do lado de cá das fronteiras, configurando-se como um motor-chave da internacionalização de empresas

globo.com | g1 | globoesporte | gshow | famosos & etc | videos

ASSINE JÁ | CENTRAL

MENU | G1 | PARÁ | REDE LIBERAL

07/05/2014 18h09 - Atualizado em 07/05/2014 18h13

População denuncia vazamento de minério em igarapé do Pará

Segundo promotoria, população está sem água para beber. Polo industrial de Barcarena está sendo investigado por MPF.

Do G1 PA

FACEBOOK | TWITTER | GOOGLE+ | PINTEREST

Empresa reconhece vazamento, mas diz que incidente teve pequena proporção (Foto: Divulgação / MPF)

Moradores de **Barcarena**, Nordeste do Pará, denunciam vazamento de caulim, um minério utilizado na produção de materiais como papel e cerâmica, no igarapé Curuperé. Segundo a

Pará
veja tudo sobre >

Preço do apresenta acumula
HÁ 1 HORA

Galho de árvore cai e atin no bairro de Nazaré, em E
HÁ 1 HORA

Carga co é apreem em Mará
HÁ 1 HORA

Em protesto, alunos de es bloqueiam a rodovia BR-3
HÁ 2 HORAS

Brasil

Natureza

Barcarena

Produto G1

PUBLICIDADE

■ *Em 2014, noticiários locais divulgaram vazamento de caulim no igarapé Curuperé, em Barcarena, área de atuação da Imerys*

Fonte: Matéria publicada no G1 Pará, em 07/05/2014.

Link: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/05/populacao-denuncia-vazamento-de-minerio-em-igarape-do-para.html>



brasileiras. Somado a tudo isso, o Estado tem promovido a participação direta de empresas estatais ou do BNDESPar em consórcios de GPIs, sendo o Consórcio Norte Energia de Belo Monte um caso emblemático.

Nos países PanAmazônicos vizinhos, a assinatura de tratados bilaterais de liberalização comercial e de proteção de investimentos, contendo cláusulas de resolução de controvérsias entre investidor e Estado em tribunais obscuros, tais como o CIADI do Banco Mundial, tem sido uma das formas mais brutais de garantia de segurança

jurídica de empresas transnacionais em detrimento dos direitos humanos dos povos da região, configurando no que o jurista basco Juan Hernandez Zubizarreta chama de “Direito Corporativo Global”. O Brasil era até pouco tempo exceção pela sua não ratificação histórica desse tipo de mecanismo. No entanto, em 2015, o país assinou Acordos de Investimento com Moçambique, Angola, México e Malawi. Já em 2016, assinou um acordo com o Chile e está negociando acordos similares com África do Sul, Argélia, Colômbia, Marrocos, Peru, e Tunísia.

Ainda que o modelo de acordo brasileiro não inclua uma cláusula de resolução de disputa investidor-Estado, esses acordos normalizam a prática de responsabilidade social corporativa voluntária como modelo de gestão de violações de direitos humanos por empresas e instituem processos em que os Estados-partes do acordo resolvem as possíveis disputas em nome de suas empresas. É notório que à medida que as empresas brasileiras aprofundam sua internacionalização, o Estado brasileiro crie mecanismos de garantia da segurança jurídica destas nos países que mais recebem seus investimentos.

Foto: Xingu Vivo Para Sempre



Como as empresas transnacionais agem para garantir o acesso aos bens comuns sendo privatizados na Pan Amazônia?

Diana – As grandes empresas foram sofisticando ao longo do tempo suas estratégias de construção de hegemonia, mas algumas destas são tão antigas quanto as das pilhagens dos primeiros processos de cercamento dos bens comuns. Ao visitar comunidades ameaçadas ou que já foram invadidas por GPIs, não é raro ouvir estórias de ameaças, muitas vezes através do uso de forças de segurança privadas, de perseguição, de criminalização, de difamação pública ou até de cooptação de lideranças de resistências a esses projetos. São muitas as estratégias utilizadas para fragmentar as resistências, sendo comuns as negociações individuais de compensações, estimulando boatos e competições no seio de comunidades que compartilham territórios há diversas gerações.

Do lado mais “sofisticado” desse processo estão as estratégias de convencimento, sobretudo através da barganha de benfeitorias ou serviços que

deveriam ser executados via políticas públicas como condição para a autorização do projeto pelas comunidades, o que chamam de “licenciamento social”. As empresas têm cada vez mais contratado profissionais com histórico de atuação em movimentos populares para seus departamentos de “diálogo com comunidades”, apropriando-se do

domínio que essas pessoas têm de metodologias de mobilização e educação popular. Infelizmente quando algumas comunidades se dão conta de que perderam a capacidade de reivindicar e determinar os rumos de seus modos de vida e territórios, muitas vezes a desintegração social é tanta que a possibilidade de resistência fica comprometida.



■ *Em Altamira, moradores são expulsos de suas moradias por conta do alagamento ocasionado pela barragem de Belo Monte*

Foto: Xingu Vivo Para Sempre

Mas nada disso seria possível para as empresas se os direitos dos povos e populações ameaçadas fossem garantidos pelo Estado. O que vemos é exatamente o contrário. Belo Monte está entrando em operação sem ter cumprido as condicionantes determinadas no licenciamento. Aliás todo o processo de licenciamento deste e de tantos outros grandes projetos têm sido tão infiéis à própria legislação ambiental, que a Rede Brasileira de Justiça Ambiental tem denunciado a falta de compromisso dos poderes públicos com o processo de licenciamento ambiental, considerado uma vitória do processo de redemocratização. À luz do desastre da Samarco/Vale/BHP na Bacia do Rio Doce, todas as falhas no processo de licenciamento das barragens de rejeitos da empresa que têm vindo à tona deixam explícitas a gravidade da desproteção à qual estamos todos sujeitos.

As empresas têm utilizado diversas formas de captura da democracia em favor de seus interesses, sendo o financiamento de campanhas políticas e o forte lobby algumas das mais naturalizadas. Recentemente, o Comitê Nacional em Defesa dos



Foto: Xingu Vivi Para Sempre

Territórios Frente à Mineração denunciou que o PL do Novo Código da Mineração foi escrito do computador de um escritório de advogados de grandes empresas mineradoras. A imbricação entre o público e o privado é tal que torna-se cada vez mais difícil definir estratégias de como recuperar o debate público em favor de causas comuns e populares.



- *Indígenas Munduruku reivindicam o direito à consulta prévia sobre seus territórios*

E como fazemos isso?

Diana – Não há respostas fáceis. Os últimos anos no Brasil deixaram explícita a crise da democracia representativa. Não reconhecemos a maioria dos políticos eleitos como representantes de causas públicas. Mas as respostas a isso por diversos movimentos têm sido ao mesmo tempo de reivindicação extrema da democracia, de sermos nós mesmos seus defensores diretos. A ocupação das escolas públicas por jovens em São Paulo, no ano passado, sem dúvida foi um dos momentos mais inspiradores dessa emergente cultura política democrática de “baixo pra cima”. Quando o povo indígena Munduruku faz a autodemarcação de seu território Daje Kapap Eypi ou publica o seu protocolo de consulta, definindo como a Consulta Livre, Prévia e Informada garantida pela Convenção 169 da OIT deve acontecer de acordo com sua cultura política ancestral, eles/as estão também reivindicando uma democracia popular e participativa. Essas são experiências e práticas de soberania dos povos que apontam futuros alternativos à captura corporativa da democratização.

A Série Entrevistas sobre a Amazônia é uma iniciativa da ONG FASE Programa Amazônia, com o apoio da Fundação Heinrich Böll (HBS). Ela tem como objetivo divulgar ideias, posicionamentos e/ou avaliações de lideranças de movimentos sociais, pesquisadores(as) e de membros de ONGs acerca de temas que consideramos relevantes para o melhor conhecimento das novas dinâmicas socioterritoriais em andamento na nossa região, bem como de experiências coletivas executadas por organizações da sociedade civil e que merecem ser conhecidas mais amplamente.

Dessa forma, esperamos contribuir para a construção e/ou fortalecimento de um pensamento crítico sobre o modelo hegemônico de desenvolvimento imposto à Amazônia, da democracia e de suas instituições e a afirmação de direitos individuais e coletivos.